

ANO II - EDIÇÃO Nº 287 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Terça-Feira, 23 de maio de 2017

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 321/2017 (Republicada)

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora ALLANE THÁSSIA TENÓRIO, matrícula nº 66207, para, em substituição, exercer o cargo em comissão de Chefe da Secretaria do Conselho Superior do Ministério, durante o afastamento da titular do cargo, nos períodos elencados a seguir:

Período aquisitivo	Fruição
2010/2011	22 a 26/05/2017
2014/2015	29/05 a 06/06/2017
2012/2013	19/06 a 03/07/2017

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 325/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR LARA DE PAULA do serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, prestado na 1ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO, a partir de 19 de maio de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 326/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os Promotores de Justiça DÉCIO GUEIRADO JÚNIOR e ELIZON DE SOUZA MEDRADO para atuarem no Mutirão de audiências criminais da Comarca de Augustinópolis - TO, nos dias 17, 18 e 19/05/2017, respectivamente.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 22 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00171

ASSUNTO: Procedimento Licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de mobiliários.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 236/2017 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/13, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013 e nº 021/2016, considerando as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo nº 070/2017, às fls. 121/122, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 035/2017, às fls. 123/125, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de mobiliários, destinados ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado do Tocantins, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob a forma de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, 22 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Promotora Assessora do PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

EXTRATO DE TERMO DE ACORDO

PROCESSO: 2017/0701/00169

PARTICIPANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins - MPE/TO e Prefeitura de Peixe

OBJETO: Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as Instituições signatárias.

VIGÊNCIA: 5 anos (60 meses), a contar da data de publicação em Diário Oficial.

DATA DA ASSINATURA: 19/05/2017.

SIGNATÁRIOS: Clenan Renaut de Melo Pereira / Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e José Augusto Pereira Lopes/ Prefeito

21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL

O Promotor de Justiça Konrad Cesar Resende Wimmer, no uso de suas atribuições, na 21ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência a qualquer interessado, do INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº. 2017.0000249, instaurado por meio de denúncia realizada pela senhora Barbara Vitoria Leite R. Gonçalves, onde se alegava que haveria falta de livros na Rede Pública Municipal de Ensino da Capital.

Tendo em vista as acusações recebidas por esta Promotoria, foram enviadas diligências às Secretarias Estadual e Municipal de Educação requisitando informações.

Por meio do Ofício 809/GAB/SEMED, a Secretaria Municipal de Educação esclareceu que o Órgão Executor do Programa Nacional do Livro Didáticos admite que em algumas escolas houve a falta de livros didáticos, mas que o problema foi sanado operando-se o remanejamento entre as unidades com superávit de livros, e as que estavam com déficit destes.

Ainda, de acordo com a Secretaria Estadual de Educação, que se manifestou por meio do Ofício 1748/2017/SEDUC, o quantitativo de livros enviados às escolas é estimado por meio do censo de alunos, do ano escolar anterior. Isto buscaria diminuir faltas/excessos na confecção destes.

Dessa forma, não vislumbrando qualquer motivo de fato ou de direito que justifique a continuidade deste procedimento, determino o seu INDEFERIMENTO.

Cientifica, ainda, que os interessados caso queiram, possam recorrer do indeferimento, no prazo de 10 (dez) dias, a ser dirigido a esta Promotoria, nos termos da Resolução 03/2008 do Conselho Superior do Ministério Público – CSMP/TO.

Palmas, 19 de maio de 2017.

KONRAD CESAR RESENDE WIMMER
Promotor de Justiça

Quadra 202 Norte, Avenida LO-04, Conj. 1, lotes 5 e 6 – Plano
Diretor Norte – CEP: 77.006-218 – (63)3216-7502

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

NOTIFICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO Procedimento Preparatório nº 004/2017 - 7PJG

EDITAL

A Promotora de Justiça, Dr.^a Maria Juliana Naves Dias do Carmo, Titular da 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, atendendo ao disposto no art. 10, § 1º, da Resolução n.º 23, do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 209, § 1.º, da Resolução n.º 009/2015 (Regimento Interno), do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, acerca da notificação dos interessados através de publicação na Imprensa Oficial ou afixação no mural quando da não localização daqueles que devem ser cientificados das decisões proferidas em Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório, NOTIFICO o Sr. Elias Nunes de Melo, acerca da Promoção de Arquivamento proferida nos Autos do Procedimento Preparatório nº 004/2017, instaurado para apurar a existência de poluição sonora provocada pelo funcionamento irregular do estabelecimento comercial denominado Tropical Bar em Gurupi. Esclarecendo que os Autos deste Procedimento serão encaminhados ao Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins e, caso queiram, até a data da seção em que será homologado ou rejeitado tal arquivamento, as pessoas co-legitimadas poderão interpor recurso contra tal decisão, apresentando razões escritas ou documentos que serão juntados aos autos, nos termos do art. 21, § 3º da Resolução n.º 03/2008/CSMP-TO e art. 10º, § 1.º, da Resolução CNMP n.º 023/2007.

Gurupi-TO, 19 de maio de 2017.

Maria Juliana Naves Dias do Carmo
Promotora de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE WANDERLÂNDIA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 28/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF nº 2016.1406.0028-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposto ato de improbidade administrativa por parte do Prefeito de Piraquê, Sr. Eduardo dos Santos Sobrinho, por não repassar informações básicas ao poder legislativo.

INVESTIGADO(S): Eduardo dos Santos Sobrinho, Prefeito de Piraquê-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 13/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 29/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF nº 2016.1006.0021-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar possível prática de ilicitude por parte da servidora Maria da Paz Coelho, que, em tese, não cumpre sua carga horária na cidade de Darcinópolis/TO.

INVESTIGADO(S): Maria da Paz Coelho e Prefeitura de Darcinópolis.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 13/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 30/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF nº 2014.2509.0067-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar possível prática de retirada de areia nas proximidades do rio corda, sem autorização de órgão ambiental, o que pode ocasionar em assoreamento.

INVESTIGADO(S): A apurar.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 13/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 31/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

ORIGEM: NF nº 2014.2908.0050-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar possível recebimento de salários indevidos por Márcio Barbosa Santos, na condição de Auxiliar Contábil da Prefeitura de Darcinópolis/TO.

INVESTIGADO(S): Márcio Barbosa Santos/Prefeitura de Darcinópolis-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 13/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 32/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF nº 2014.0207.0030-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposto indício de descumprimento pelo Município de Wanderlândia do dever de implemento de sistema de descarte de esgoto adequado em todos os domicílios da zona urbana e rural.

INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Wanderlândia-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 13/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 33/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF nº 2014.0207.0030-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposto indício de descumprimento pelo Município de Darcinópolis do dever de implemento de sistema de descarte de esgoto adequado em todos os domicílios da zona urbana e rural.

INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Darcinópolis-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 13/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer

interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 39/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2016.1006.0026-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar possível ato de improbidade administrativa consistente na anulação de eleição democrática para Conselheiro e Presidente do Conselho Municipal de Saúde, praticado pelo Ex-Prefeito de Piraquê-to, João Batista Nepomuceno Sobrinho.

INVESTIGADO(S): João Batista Nepomuceno Sobrinho, Ex-Prefeito de Piraquê-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 21/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 40/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2015.2005.0019-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de déficit financeiro e orçamentário no exercício de 2012 da então Prefeita de Piraquê-TO, Sra. Suely Negri Sanches.

INVESTIGADO(S): Suely Negri Sanches, Ex-Prefeita de Piraquê-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 21/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 41/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2017.1302.0014-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de déficit de

INVESTIGADO(S): Município de Wanderlândia-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO,
21/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 42/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2017.1002.0010-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de déficit de profissionais de Psicologia na Cidade de Piraquê-TO.

INVESTIGADO(S): Município de Piraquê-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO,
21/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 43/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2016.0404.0012-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de pessoa com problemas mentais que se apossou da casa da idosa Maria de Jesus Araújo.

INVESTIGADO(S): Manoel Cícero.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO,
22/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 44/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 02/2012

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar irregularidade do programa Minha Casa Minha Vida no Município de Darcinópolis.

INVESTIGADO(S): Município de Darcinópolis-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO,
22/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 45/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2016.1006.0022-01.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia apresentada pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins de débito imputado ao Sr. Antônio Maria Arouca, referente à gestão de 2012.

INVESTIGADO(S): Antônio Maria Arouca, Ex-Prefeito de Darcinópolis.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO,
22/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 46/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2016.1006.0024-01.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de irregularidades nos transportes escolares do Município de Wanderlândia-TO.

INVESTIGADO(S): Eduardo da Silva Madruga, Prefeito De Wanderlândia.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO,
22/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 47/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2016.3006.0030-01.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de irregularidades nas contas de ordenador de despesas da Prefeitura de Piraquê-TO, na gestão dos Srs. Olavo Júlio Macedo e Suely Sanches Costa.

INVESTIGADO(S): Olavo Júlio Macedo/Suely Sanches Costa, Ex-Prefeitos de Piraquê-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 22/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 48/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2016.2510.0064-01.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar Procedimento Administrativo contra Oficiala do Cartório de Registro de Imóveis.

INVESTIGADO(S): Edvirges Borges Da Silva.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 24/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 49/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2013.3004.0002-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia dos professores da rede Escolar de Piraquê-TO, que protestam por não receber o piso salarial.

INVESTIGADO(S): Município de Piraquê-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 24/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 50/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2013.2811.0028-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia apresentada pelo Conselho Regional de Enfermagem versando sobre diversas irregularidades no âmbito da Unidade de Saúde da Família de Wanderlândia-TO.

INVESTIGADO(S): Município de Wanderlândia-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 24/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 51/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2013.2207.0012-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia apresentada pelo Conselho Regional de Farmácia acerca do precário funcionamento das farmácias na Cidade de Wanderlândia-TO.

INVESTIGADO(S): Município de Wanderlândia-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 24/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 52/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2013.2207.0012-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia apresentada pelo Conselho Regional de Farmácia acerca do precário funcionamento das farmácias na Cidade de Piraquê-TO.

INVESTIGADO(S): Município de Piraquê-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 24/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 53/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2013.2207.0012-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia apresentada pelo Conselho Regional de Farmácia acerca do precário funcionamento das farmácias na Cidade de Darcinópolis-TO.

INVESTIGADO(S): Município de Darcinópolis-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 24/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 54/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2016.2510.0061-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de eventual desvio de finalidade com verbas da educação - FNDE- na Cidade de Wanderlândia-TO.

INVESTIGADO(S): Município de Wanderlândia-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 24/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 55/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2016.2510.0061-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de eventual desvio de finalidade com verbas da educação - FNDE- na Cidade de Piraquê-TO.

INVESTIGADO(S): Município de Piraquê-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 24/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 56/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2016.2510.0061-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de eventual desvio de finalidade com verbas da educação - FNDE- na Cidade de Darcinópolis-TO.

INVESTIGADO(S): Município de Darcinópolis-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 24/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 57/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2017.0902.0006-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de falta de ampla divulgação de certames licitatórios.

INVESTIGADO(S): Eduardo Dos Santos Sobrinho, Prefeito de Piraquê-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 24/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 58/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2013.3004.0003-01

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de que o ex-prefeito de Darcinópolis estaria burlando o concurso público de 2013, contratando pessoal.

INVESTIGADO(S): Raimundo Nonato Belas, Ex-Prefeito De Darcinópolis-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 25/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 59/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2014.2908.0052-01.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de supostas irregularidades em processo licitatório.

INVESTIGADO(S): Raimundo Nonato Belas, Ex-Prefeito de Darcinópolis-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 25/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 60/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2014.2608.0041-01.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de suposta ausência de placas informativas sobre os preços de obras públicas no Município de Piraquê-TO.

INVESTIGADO(S): João Batista Nepomuceno Sobrinho, Ex-Prefeito De Piraquê-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 25/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 61/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2014.0206.0020-01.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de suposta irregularidade nas compras de medicamentos para Farmácia Básica no Município de Piraquê-TO.

INVESTIGADO(S): João Batista Nepomuceno Sobrinho, Ex-Prefeito De Piraquê-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 25/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 62/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2015.1003.0008-01.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de prática de ilicitudes praticada por motorista da ambulância de Wanderlândia, durante o exercício do cargo. INVESTIGADO(S): Joaquim Lemos Lira.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 25/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 63/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2016.1705.0016-01.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de possível morosidade dos poderes públicos Estadual e Municipal em fornecer medicamentos à criança I. Q. R.

INVESTIGADO(S): Estado do Tocantins e Prefeitura Municipal de Wanderlândia.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 25/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 64/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2017.1002.0012-01.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia oriunda do disque 100, narrando que Ana Lúcia, pessoa com deficiência, é agredida e negligenciada pelo marido e outras pessoas.

INVESTIGADO(S): A apurar.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 25/04/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 65/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Termos de Declarações.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar morosidade do poder público Municipal em fornecer oxigênio domiciliar para o idoso Antônio Paulino de Sousa.

INVESTIGADO(S): Município de Piraquê-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 04/05/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 66/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2016.2510.0062.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de suposto desvio de finalidade praticada pela ex-prefeita de Piraquê-TO, Suely Negri Sanches.

INVESTIGADO(S): Suely Negri Sanches, Ex-Prefeita de Piraquê-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 04/05/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 67/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: NF 2016.1006.0020.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de suposto desvio de finalidade com verbas da saúde, pelo ex-prefeito de Piraquê-TO, Sr. João Batista Nepomuceno Sobrinho e seu filho, José Batista Bepomuceno Sobrinho.

INVESTIGADO(S): João Batista Nepomuceno Sobrinho, Ex-Prefeito De Piraquê-TO e José Batista Nepomuceno Sobrinho.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 04/05/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 68/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Representação.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de suposto desvio de finalidade com verbas da Educação – FNDE-, praticada pelo Ex-prefeito de Wanderlândia-TO, Raimundo Ferreira dos Santos.

INVESTIGADO(S): Raimundo Ferreira Dos Santos, Ex-Prefeito

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO,
04/05/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 69/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Ofício Conselho Tutelar de Darcinópolis-TO.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia do Conselho Tutelar, narrando que a Sra. Kelma R. Brito é pessoa com deficiência e não tem condições de criar uma criança.

INVESTIGADO(S): A apurar.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO,
04/05/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 70/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Ofício 163/2017-12ªPJArn.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de danos ambientais supostamente causados pelo Curtume DURLI no Município de Wanderlândia-TO.

INVESTIGADO(S): Curtume DURLI.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO,
04/05/2017.

Rua 13 de Maio, nº 70, Centro, Wanderlândia-TO – CEP 77.860-000 Fone/Fax: (63) 3453-1470



QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE
Sugira · Denuncie · Questione

 (63) 3216-7598
(63) 3216-7575

 www.mpto.mp.br

 ouvidoria@mpto.mp.br